

FILOSOFIA DA LINGUAGEM

UMA ANTOLOGIA

Coordenação

Bernhard Sylla

Tradução

Bernhard Sylla, Vítor Moura, Patrícia Fernandes, Steven Gouveia, Diana Neiva,
Raquel Pereira

Revisão de Tradução

Bernhard Sylla, Vítor Moura, Patrícia Fernandes, Steven Gouveia, Diana Neiva,
Raquel Pereira, Ricardo Gomes, Cláudia Costa

BERNHARD SYLLA

Introdução

A convicção de que a Filosofia da Linguagem tem ou deve ter uma importância fulcral para as investigações filosóficas nas mais diversas áreas específicas, desde a epistemologia até à lógica, ética, estética ou filosofia política, tem vindo a ganhar peso desde o início do século XX. Quando Rorty escolheu, em 1967, o termo *linguistic turn* para figurar no título da sua famosa antologia *The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method*, ele encontrou uma expressão feliz que deu conta desta convicção há já muito existente. No entanto, seria errado partir do princípio que a noção *linguistic turn* / viragem linguística fosse clara ou que houvesse, ao menos, um núcleo duro comum a todas as variantes e variações desta noção. E como aquilo que se entende por *linguistic turn* depende essencialmente do entendimento do fenómeno da linguagem em si, estamos reconduzidos para a questão essencial da filosofia da linguagem, i.e. para as perguntas sobre o que é a linguagem e qual é a sua função. As respostas a estas perguntas são tudo menos unânimes, abrindo antes um espaço de pensamento bastante heterogêneo e altamente complexo, e não poucas vezes contraditório e polémico.

Para dar conta desta complexidade, não basta ter em consideração apenas e exclusivamente os textos provenientes da chamada tradição analítica. Que uma qualquer introdução à filosofia da linguagem pode – ou até mesmo: deve – restringir-se aos autores desta tradição, tornou-se um hábito quase que incontestado, e mesmo obras de cariz enciclopédico não fazem aqui exceção.¹ A ‘nova’ história do pensamento filosófico sobre a linguagem começa com Frege, Russell, Wittgenstein e Carnap e desenvolve-se exclusivamente em duas áreas geográficas muito restritas, o Reino Unido e os Estados Unidos da América. Grandes nomes das segunda e terceira gerações são Quine, Austin, Strawson, Searle, Grice, Donnellan, Kripke. Também não se resolve o problema ao adotar acriticamente a distinção corrente entre filosofia analítica e filosofia continental da linguagem. Para além da infelicidade do epíteto ‘continental’ – que confunde espécie e indivíduo e ignora a proveniência ‘continental’ dos primeiros protagonistas analíticos –, geralmente usado para fazer referência a filósofos alemães ou francófonos como Humboldt, Herder, Nietzsche, Husserl, Cassirer, Heidegger, Gadamer, Habermas, Apel, Ricoeur, Foucault, Barthes, Derrida, Deleuze, Lyotard, também obnubila a existência de traços comuns entre teorias de uma e outra corrente.

¹ Cf., a título de exemplo, o dicionário de filosofia, editado recentemente, em 2012, sob o título *Filosofia – uma Introdução por Disciplinas*, nas Edições 70.

O motivo principal para a seleção dos textos desta antologia rege-se pelo objetivo de contribuir para o esclarecimento das questões levantadas, orientando-se numa perspetiva que o coordenador desta antologia expôs pormenorizadamente sobretudo em duas publicações.² Se bem que esta perspetiva possa ser considerada uma entre muitas outras igualmente bem viáveis e que o ponto de partida seja necessariamente ‘reducionista’, não duvido que seja frutífera e inspiradora para reflexões e novas investigações na área da filosofia da linguagem. Resumidamente, e valendo-me das análises de Cristina Lafont expostas sobretudo em *The Linguistic Turn in Hermeneutic Philosophy*³, parto do princípio de uma dicotomia fundamental que originou o desenvolvimento de dois macro-paradigmas diferentes no pensamento filosófico sobre a linguagem.

O primeiro macro-paradigma rege-se pela ideia de que a linguagem talha, molda e configura o nosso mundo. Mesmo partindo do princípio que existe um mundo exterior independente da nossa perceção e do nosso entendimento, esta realidade ganha apenas consistência e significância pela maneira como a realidade é mediada pela linguagem. Não seria correto inferir daqui que o conceito de realidade exterior perde assim todo o sentido. Para alguns filósofos mais ‘idealistas’, no entanto, o conceito de realidade é de tal maneira dependente da rede dos significados que se torna cientificamente inútil manter uma teoria que subjaz na bipolaridade entre realidade exterior e mundo linguisticamente moldado. A única realidade que verdadeiramente conta é a do mundo linguisticamente moldado. O que é uma qualquer qualidade simples, como por exemplo o azul, o quente, o duro, a não ser uma qualificação baseada numa categorização linguística que até pode mudar de uma língua para outra?

O segundo macro-paradigma parte do princípio de que é cientificamente útil ou até necessário que uma teoria da linguagem deva manter como instâncias teoricamente distintas o reino dos signos e a realidade referida pelos signos. Ainda que se possa assumir, como acontece com Frege, que o sentido determina a referência, isto não poderá ser motivo para suprimir a instância da referência. Todavia, a manutenção da instância da referência não quer de maneira nenhuma dizer que se defenda necessariamente um realismo ingénuo. Muito pelo contrário, é óbvio que a maior parte dos primeiros filósofos analíticos da linguagem assumiu uma posição nominalista. Mas a sustentação da bipolaridade não foi, geralmente, posta em causa. A vantagem desta decisão preliminar – se bem que, porventura, nem sempre se tenha tratado de uma decisão conscientemente tomada – é que se tem vindo a escrutinar a riqueza do próprio conceito de referência, o que implica, a título de exemplo, a sua distinção do conceito de denotação ou a distinção entre as dimensões locutória e ilocutória do ato de fala. Mas o facto de que a sustentação da bipolaridade como pressuposição fundamental da linguagem e do seu uso não se pode livrar, em última instância, das incomodidades da pressuposição da instância da realidade extralinguística, verificou-se sempre de novo ao longo da tradição analítica. Carnap quis colocar este assunto ontológico simplesmente entre parêntesis, Quine fez da assunção de uma posição fisicalista uma questão da deliberação pragmática, se bem

² Sylla, Bernhard (2014). *Humboldt reloaded – vier Paradigmen der meaningzentrierten Sprachphilosophie*. Würzburg: Königshausen & Neumann; *Idem* (2009). *Hermeneutik der langue: Weisgerber, Heidegger und die Sprachphilosophie nach Humboldt*. Würzburg: Königshausen & Neumann.

³ Lafont, Cristina (1999). *The Linguistic Turn in Hermeneutic Philosophy*. Translated by José Medina. Cambridge Mass./London: The MIT Press, publicado inicialmente em espanhol, e traduzido, seguidamente, para várias outras línguas.

que racionalmente motivada, Donnellan e Kripke procuraram uma solução causalista elegante, Davidson quis manter, como último resíduo, ainda a ideia formal da bipolaridade, mas Rorty deixou-a cair definitivamente.

Antes de apresentar, muito brevemente, o lugar de cada texto no horizonte desta perspectiva teórica, cabe-me esclarecer o leitor sobre os restantes motivos para a seleção dos textos desta antologia. Escolhemos, por um lado, textos significativos para o contexto descrito, textos que, para além disso, são considerados ‘clássicos’ da filosofia da linguagem; por outro lado, queríamos evitar traduzir textos dos quais já existe uma tradução para o português. Este objetivo foi cumprido quase na totalidade, mas num ou noutro caso vieram à luz, ao longo da realização do nosso projeto, traduções publicadas no Brasil. O motivo de traduzir apenas textos ainda não traduzidos para o português fez com que não constem desta antologia grandes filósofos como Wittgenstein, Quine, Heidegger, Gadamer, entre outros. Daí que esta antologia não pretenda apresentar uma escolha representativa de todos os grandes filósofos da linguagem; contudo, estamos convictos do valor e utilidade deste manual, na medida em que abre acesso a uma série de grandes textos da filosofia da linguagem, imprescindíveis e preciosos para um especialista em Filosofia da Linguagem e um qualquer amante de filosofia.

*

A presente antologia é estruturada em três secções. A primeira secção contém textos que dão conta da discussão, travada ao longo de mais de meio século, sobre a questão da referência / denotação. Esta secção lança alguma luz sobre o que designei por ‘segundo macro-paradigma’ da filosofia da linguagem associado à tradição analítica. A segunda secção exemplificará quatro versões muito heterogêneas do que denominei por ‘primeiro macro-paradigma’ da filosofia da linguagem. A terceira secção contém textos que contribuem para uma reflexão mais profunda sobre a fundamentação e/ou a diferença específica dos dois macro-paradigmas.

A primeira secção inaugura-se com o texto clássico “On Denoting” de Bertrand Russell, publicado em 1905. As passagens iniciais deste artigo deixam claro que a teoria das descrições que Russell aí desenvolve, se insere ela mesma numa discussão anterior, cujos protagonistas são Meinong e Frege. O que na perspectiva científica desta antologia se afigura como o momento fundamental é que a instância da *entidade denotada* se torna, com Russell, no fundamento crucial da teoria das descrições (não admira, pois, que o próprio Russell, na parte final do seu artigo, chame a esta sua teoria das descrições também *teoria da denotação*). É o objeto e o estado de coisas denotados que decidem, em última instância, sobre a viabilidade e verdade das proposições onde ocorrem expressões supostamente ou pretensamente denotativas. Russell distingue-se, por um lado, de Meinong, ao não permitir que objetos ‘irreais’ contem como possíveis objetos de denotação, e por outro lado de Frege, ao rejeitar o seu pressuposto de que o significado, determinando a referência, tenha o peso de uma condição necessária para averiguar sobre a veracidade das proposições. Que a noção de denotação seja vinculada à noção de realidade ‘física/empírica’ torna-se patente pela associação estreita aos termos epistemologicamente relevantes de *conhecimento por descrição* e *conhecimento por contacto*. Uma proposição pode ser inteiramente compreendida e assegurada como verdadeira se a denotação veiculada por esta proposição pode ser confirmada por um conhecimento por contacto. Contudo, o facto de nem todos os conhecimentos tidos por verdadeiros serem conhecimentos por contacto (embora, idealmente, deveriam ser deriváveis destes), mas conhecimentos

por descrição, explica a importância de uma firme e nova teoria das descrições para a lógica e epistemologia (como Russell alega no início do seu artigo). Dito muito abreviadamente, esta sua nova teoria assume que (i) uma expressão denotativa só exerce a sua função denotativa quando fizer parte de uma proposição completa. (ii) Compreendemos uma proposição inteiramente se for decomposta em constituintes com os quais estamos em contacto, ou seja, que representam conhecimentos por contacto. (iii) A maior parte das expressões denotativas não satisfazem esta condição, pois referem-se apenas a conhecimentos por descrição ou a entidades que nem sequer sabemos se existem. (iv) A teoria das descrições parte do princípio que uma proposição que reivindica denotar *de facto* deve satisfazer, necessariamente, um conjunto de três condições lógicas e quantificacionais que permitem identificar inequivocamente o sujeito do qual se predica algo e garantem a existência deste mesmo sujeito. Ao garantir desta forma a certeza sobre a existência do objeto denotado, o intuito teórico de Russell almeja purificar a linguagem científica usada para fins epistemológicos do fardo da ambiguidade que advém das polivalências semânticas inerentes à instância do sentido.

O célebre artigo “On Referring” de Peter Strawson, publicado em 1950, quase meio século após a publicação de “On Denoting”, reconhece o mérito de Russell de ter impulsionado as investigações sobre o papel científico da linguagem ao longo de tantos anos. Isto, no entanto, não impede Strawson de tecer críticas profundas à teoria das descrições de Russell. Embora tenha surgido, já no início do século XX, uma atenção específica para a pragmaticidade da linguagem,⁴ o texto de Strawson constitui indubitavelmente um marco importante no desenvolvimento desta atenção. No texto aqui em questão, o ponto de partida da argumentação strawsoniana evidencia a necessidade de se gladiar com Russell, pois sem uma rejeição fundamentada da teoria de Russell não se abre o acesso à perspectiva teórica que Strawson sustenta. Uma das divergências fundamentais reside na perspectiva sobre o papel das expressões denominadas de descrições definidas em Russell. Strawson alega que expressões que são usadas segundo a forma de referência singular nunca são nem nomes logicamente próprios nem descrições, se o que se entende por “descrições” for que elas deverão ser analisadas de acordo com o modelo fornecido pela teoria das descrições de Russell. Para rejeitar Russell, é preciso tomar em consideração a distinção entre (i) expressão ou frase, (ii) os seus usos e (iii) os seus proferimentos. No que diz respeito às expressões, elas só referem se são *usadas* para isso e, para além disso, se fazem parte integrante de uma frase que é *usada* para referir, ou seja, não se pode falar da referência de uma frase *sem ter em conta o seu uso*. Para além da importância crucial dada à instância do uso, a teoria de Strawson pauta-se pela reabilitação da instância do sentido. A conjugação destas duas exigências fundamenta-se na tese de que “[o] sentido (pelo menos numa aceção importante) é uma função da frase ou da expressão”, ao passo que mencionar e referir, a verdade ou falsidade, são funções do *uso* da frase ou da expressão. A função do sentido não é supérflua. Embora o sentido seja uma dimensão distinta do próprio ato de referir, é a função do sentido de uma expressão dar *instruções genéricas* para o seu uso, para referir ou mencionar objetos ou pessoas particulares, e a função do sentido de uma frase dar *instruções genéricas* para o seu uso ao fazer afirmações verdadeiras ou falsas. O sentido, seja da expressão, seja da frase, não fornece, no entanto, uma informação precisa sobre ocasiões

⁴ Para além do pragmatismo americano há vários autores que focaram aspetos pragmáticos da linguagem muito antes do despertar do interesse académico coletivo; cf. a este aspeto Sylla, Bernhard (2013). Pragmaticidade do olhar fenomenológico sobre o discurso: Husserl, Bühler, Ammann, Heidegger. *Prometeus. Filosofia em Revista*, ano 6, nº 12, 1-15.

particulares do uso de uma frase ou expressão. Para além disso, usar e proferir uma frase não implica nem uma afirmação existencial nem uma referência a uma coisa singular. Isto é óbvio se consideramos o uso de expressões com significado (i) a fim de fingir que estamos a referir, (ii) ao fazer de conta, (iii) em discursos ficcionais ou (iv) pensando erroneamente que estamos a referir quando não nos estamos a referir a nada. Por outro lado, isto não implica que não se possa usar uma frase para fazer uma referência identificadora (singular). Esta, no entanto, é assegurada graças a condições que se prendem, em primeiro lugar, com circunstâncias do uso, i.e. com circunstâncias do contexto específico do proferimento da frase. Este contexto é especificado assim: “o *contexto de proferimento* tem uma importância inestimável. E por “contexto” estou a referir-me, no mínimo, ao tempo, ao lugar, à situação, à identidade do falante, aos assuntos que constituem o foco de interesse imediato, e às histórias pessoais quer do falante quer daqueles a quem ele se dirige. Para além do contexto, existe, como é evidente, a convenção – *a convenção linguística*.” Como a parte final desta citação elucida, a referência não se estabelece única e exclusivamente pelo uso, mas é auxiliada pelas convenções linguísticas que se cristalizam na dimensão semântica da linguagem, ou seja, na instância do sentido. É precisamente esta visão sobre a imbricação dos papéis de uso e sentido no ato de referência que Donnellan irá criticar em Strawson.

O artigo “Reference and Definite Descriptions” de Donnellan foi publicado em 1966 e pode ser considerado, como Wolfgang Spohn o formulou,⁵ um dos artigos mais decisivos para preparar o solo da ‘nova ortodoxia’ da teoria causal de Kripke e Kaplan na filosofia da linguagem analítica. A ideia principal que Donnellan apresenta neste artigo é a distinção entre uso atributivo e uso referencial de descrições definidas. Salvo raríssimas exceções, a estrutura gramatical de frases enunciadas nada diz sobre se o uso é atributivo ou referencial. Qual dos dois usos está em questão depende unicamente do contexto da enunciação, ou seja, das intenções e pressuposições pragmáticas do locutor. No uso atributivo, o interesse do locutor foca-se na predicação, enquanto o uso referencial pretende que o ouvinte seja capaz de identificar a entidade designada pela frase enunciada. Atendendo ao exemplo fornecido por Donnellan, um uso atributivo da frase “O assassino de Smith é louco” está interessado na loucura do assassino, mas não pressupõe necessariamente que se é capaz de identificar este assassino. O uso referencial, ao invés, usa a descrição definida ‘o assassino de Smith’ para identificar uma certa e única entidade no mundo ‘real’, pretendendo que esta mesma identificação seja também realizada pelo(s) ouvinte(s). As identificações (do locutor e ouvinte) podem ser bem sucedidas mesmo se a pessoa identificada não for o assassino de Smith, ou seja, mesmo no caso em que nada encaixa na descrição definida usada na frase. Contudo, para que locutor e ouvinte consigam realizar esta identificação, a classe dos candidatos à referência no ‘mundo real’ não deve ser vazia. Donnellan reivindica que a distinção entre uso atributivo e uso referencial é capaz de mostrar a insuficiência e fraqueza das teorias de Russell e Strawson. Segundo Donnellan, Russell simplesmente ainda não fez a distinção entre denotação e referência pragmática do locutor. Ainda que não exista nada no ‘mundo exterior’ que encaixe na descrição definida usada na frase enunciada, a descrição definida usada pode servir perfeitamente para que locutor e ouvinte consigam identificar a mesma entidade real. Uma vez que Donnellan permite que se coloque a questão da verdade ou falsidade da atribuição novamente sob as condições

⁵ Spohn, Wolfgang (1992/93). *Namen. Oder: das Einfachste ist das Schwierigste. Oder: eine Einführung in die Sprachphilosophie*. Consultado em outubro 10, 2016, em <http://www.psiquadrat.de/downloads/spohn.pdf>, p. 62.

específicas do uso referencial – i.e. permitindo a questão se a entidade identificada, independentemente do ‘valor semântico’ da descrição definida usada, possui certos atributos que lhe foram adscritos pela frase usada –, as suas conclusões permitem refutar a tese principal de Strawson de que uma descrição definida não é nem falsa nem verdadeira se nada na realidade lhe corresponde. Segundo Donnellan, é possível que uma atribuição possa ser considerada verdadeira ainda que nada encaixe na descrição definida usada. O ponto crucial é, portanto, que nós podemos sim referir e, nalguns casos, dizer algo verdadeiro, mesmo que nada encaixe na descrição definida. No âmbito da perspectiva que subjaz a esta antologia é ainda de maior interesse a parte final do artigo de Donnellan. O intuito de Russell, assim advoga Donnellan, era chegar, através do conceito de nome logicamente próprio (ou nome próprio genuíno), a uma determinação inequívoca da denotação feita. Segundo Donnellan, algo muito parecido acontece quando usamos uma descrição num uso referencial, porque este uso pretende fornecer um dispositivo para conseguir que a audiência perceba ou pense na coisa que está a ser referida, i.e. selecione inequivocamente a *coisa certa* (“the thing itself”). É precisamente o peso fundamental atribuído à instância exterior à linguagem nos chamados casos de ‘*direct reference*’ (que podem ocorrer num uso referencial) que figura, na teoria sustentada por Cristina Lafont, como prova de que não se deve subestimar ou até mesmo ignorar a função ‘cognitiva’ da linguagem e de que se deve manter a instância da realidade extralinguística como critério essencial para averiguar sobre a verdade de afirmações ou o sucesso referencial de atos de fala. Destarte, não é única e exclusivamente a linguagem que determina a referência, mas também a ‘coisa ela mesma’.

O artigo “Is There a Problem about Fictional Discourse?” de Richard Rorty constitui um novo marco no debate sobre a referência e descrições definidas. Publicado em 1981, dois anos após *Philosophy and the Mirror of Nature*, o texto reflete a forte crítica rortyana da noção tradicional ‘metafísica’ da verdade e do seu papel monopolizante na orientação das investigações filosóficas do seu tempo, sobretudo na filosofia analítica. A estratégia da crítica rortyana segue de certo modo uma via indireta, porque pretende mostrar, no caso específico do discurso ficcional, que as teorias analíticas sobre a referência, denotação e o papel das descrições definidas não são capazes de dar respostas satisfatórias no que respeita ao discurso sobre entidades ficcionais, devido a uma quase que obsessiva orientação teórica na noção representacional da verdade. O objetivo principal de Rorty é mostrar que não só o discurso sobre a ficção, mas o discurso em geral e particularmente o discurso científico e filosófico deve abandonar a orientação no paradigma metafísico de uma estreita correspondência entre linguagem e ‘realidade’. Esta orientação, assim Rorty, estaria enraizada no medo profundo de perder o contacto com a realidade e de um conseqüente desnorteamento, cuja única cura consistiria em teorias capazes de fundamentar e assegurar a possibilidade de um vínculo resistente entre sujeito e objeto, entre linguagem e mundo. A desejada rigidez já teria sido proclamada na antiguidade por Parménides e Platão, e nos tempos mais recentes pela teoria das descrições de Russell, pela doutrina do mostrar do ‘primeiro’ Wittgenstein e pelos adeptos da teoria causal da linguagem ou da ‘referência direta’, i.e. por Donnellan, Kripke, Putnam e Kaplan. Os quatro filósofos que Rorty escolheu para explicitar a sua posição crítica são Russell, Searle, Donnellan e Terence Parsons. Os textos abordados destes autores, com exceção dos de Russell, remontam à década dos anos 70 do século XX e documentam três linhas de pensamento que se desenvolveram no espaço de quinze anos que passaram desde a publicação do artigo de Donnellan que consta desta antologia e do de Rorty. A escolha destes filósofos deve-se não só ao facto de

encontrar neles uma argumentação sobre o tema específico da referência a entidades ficcionais, mas também ao facto de poderem ser considerados protagonistas de influentes correntes na filosofia da linguagem de então: Donnellan como representante da teoria causal, Searle com representante de um novo pragmatismo, e Parsons como meinonguiano. Ainda que defendendo teorias bastante diferentes, os três autores não se desvincularam, na opinião de Rorty, da herança de Russell, mas continuam a insistir na verdade do pressuposto fundamental de Russell “O que quer que seja referido tem de existir”. Searle, assim Rorty, defende que os nomes próprios evocam descrições identificatórias tanto no falante como no ouvinte, apesar de não serem necessariamente as mesmas descrições, nem necessariamente descrições acuradas. Esta teoria incorpora, e não abandona, ‘o princípio das descrições identificatórias’ que Putnam, Kripke e Donnellan atacam como ‘idealista’. Para explicar a diferença entre discurso ‘normal’ e discurso ficcional, Searle sustenta a existência de dois reinos de convenções diferentes, sendo que as ilocuções fingidas que constituem uma obra de ficção se tornam possíveis pela existência de um conjunto de convenções que suspendem a operação normal das regras que relacionam os atos ilocutórios e o mundo. Desta forma, o discurso ficcional é visto como um discurso de segunda ordem, parasitário do discurso ‘normal’ que visa a referência ao mundo espaço-temporal verdadeiramente ‘real’. A teoria de Parsons, que pretende resolver o problema da referência ficcional ao distinguir entre objetos *a fortiori* completos e objetos ficcionais ‘incompletos’ e vinculando o critério da verdade / falsidade da referência ficcional ao conhecimento de um número suficiente de propriedades ‘nucleares’, também não convence. O intuito de salvaguardar a referência ficcional envolve-se, assim Rorty, em absurdidades pelo mesmo motivo que orientou Searle, o de não abandonar a noção de verdade representacional como paradigma fundamental da análise e avaliação de referências. A solução proposta por Donnellan, de separar radicalmente o uso atributivo e o uso referencial de descrições definidas e vincular, no seu artigo “Speaking of Nothing” – notando-se aqui mais explicitamente a influência de Kripke –, o uso referencial ao ato de designação historicamente inicial capaz de instaurar uma cadeia causal de referências, é vista como concorrente mais sério ao tipo de pragmatismo que o próprio Rorty defende. Contudo, a mera explicitação do historial de uma designação não só não é capaz de satisfazer o ‘desejo parmenidiano’ de chegar à representação *certa* do mundo, mas ela corresponde também a um empobrecimento do nosso mundo, que nem sequer possui ferramentas para distinguir entre juízos éticos, juízos estéticos e juízos sobre ficções.

Pode dizer-se que a teoria de Rorty sobre a linguagem assume uma posição que reencontramos nas teorias da filosofia continental da linguagem: que a linguagem não representa a realidade, mas configura e molda-a, posição partilhada pelos autores dos textos da segunda secção.

A escolha dos textos desta segunda secção é motivada não só pelo facto de pertencerem ao macro-paradigma continental da filosofia da linguagem. Pretende-se, para além disso, dar conhecimento de quatro maneiras muito heterogéneas de desenvolver teorias que assentam na tese da configuração linguística da realidade. Em várias publicações desenvolvi mais detalhadamente a tese de Wilhelm von Humboldt ter antecipado, através da enigmática estipulação de quatro definições da essência da linguagem muito dificilmente conciliáveis entre si,⁶ as quatro ideias básicas que mais

⁶ A dificuldade da conciliação das quatro definições resulta do facto de Humboldt ter formulado, sistematicamente, as definições da forma apodítica e exclusiva, o que exclui segundo as normas de uma lógica *standard* que todas possam ser válidas. Daí a enigmaticidade destas quatro definições.

tarde vieram a tornar-se os pilares das teorias continentais sobre a linguagem, em muitos casos com explícita referência a Humboldt.

As quatro definições humboldtianas da ‘essência’ da linguagem são as seguintes:

- (1) A linguagem é essencialmente linguagem humana (*langage*⁷ no sentido universal), ou enquanto língua una, *characteristica universalis*, *hyperlangue*, ou enquanto competência linguística universal do homem. O traço que se destaca nesta definição é o da *universalidade*. O enfoque filosófico na universalidade corresponde, de maneira geral, a uma teoria que tende a identificar o factor mais importante da linguagem ora com a razão humana, enquanto *organon* universal do pensamento (e.g. o Humboldt kantiano), ora com um *logos* supraindividual (e.g. Cassirer), ora com a competência linguística universal (e.g. Chomsky), entre outras escolhas.
- (2) A essência da linguagem encontra-se nas *línguas particulares*, portanto nas *langues* enquanto *línguas maternas*, cujas estruturas, ou seja, cujas respectivas *formas internas* determinam o pensamento, a fala individual e o agir dos seus falantes. Uma característica bastante interessante e presente em muitas teorias desta classe é a de que a língua materna é um *poder* (Humboldt usa o termo *Macht*) que se impõe aos seus falantes. O enfoque na *langue* corresponde a teorias que sustentam um relativismo linguístico (que pode ser forte ou fraco), i.e., que partem do princípio de que a estrutura de uma respetiva língua materna determina o modo de pensar dos seus falantes (e.g. Whorf, Weisgerber, mas encontramos esta ideia também em autores como Wittgenstein II, Quine, entre outros).
- (3) A essência da linguagem está no *uso da língua*, na *parole*, que, em caso ideal, possui a *força* de mudar e até transformar o sistema da *langue*. Nesse caso específico, a *parole* exerce uma influência ‘violenta’ (Humboldt usa o termo *Gewalt*), usurpativa e renovadora sobre a *langue*. A ideia da dialética antagónica entre *Macht* e *Gewalt* na linguagem advém de Humboldt, mas veio a desenvolver um impacto imprevisível nas mais variadas teorias da segunda metade do século XX, sobretudo na tradição francófona. O enfoque na *parole* parte do princípio de que a *langue* pode ser modificada e até transformada mediante usos estético-criativos da linguagem. Estes usos heterodoxos não apenas revolucionariam as normas do sistema *langue*, mas estariam, para além disso, na origem de alargamentos e mudanças do horizonte da interpretação humana do mundo (e.g. Heidegger II, Barthes, Deleuze, Foucault, Derrida, Rorty, entre outros).
- (4) A linguagem é essencialmente *diálogo*. Se não houvesse diálogo, se não houvesse nenhum outro sujeito que me responde, não haveria linguagem (nem razão). Apenas a espontaneidade de uma resposta livre de um outro sujeito garante, afirma e constrói a objetividade e a subjetividade. A linguagem nasce do diálogo entre sujeitos autónomos. O enfoque na *dialogicidade* parte do princípio de que a linguagem, enquanto nexos de atos de fala, se prende, em última instância (e usando as palavras de

⁷ Uso a terminologia saussuriana porque acho que é bastante útil e adequada para esclarecer aquilo que Humboldt afirma. Por outro lado, devo alertar para o facto de não se tratar do intuito de usar a terminologia saussuriana tal e qual como Saussure o fez.

Habermas), com o debate e a negociação racional sobre pretensões de validade levantadas por cada locutor (e.g. Habermas / Apel).

Dos cinco textos escolhidos para exemplificar as quatro classes do macro-paradigma da tradição continental, dois dizem respeito à classe (2), i.e. ao enfoque nas línguas particulares. O motivo para escolher aqui dois autores e não apenas um prende-se com vários factores: primeiro, nenhum dos dois autores é conhecido no espaço lusófono; segundo, a chamada ‘hipótese de Sapir/Whorf’ é uma tese clássica, abordada frequentemente em seminários académicos sobre a filosofia da linguagem um pouco por toda a Europa e os Estados Unidos; terceiro, há uma conexão entre a teoria de Weisgerber e a hipótese de Sapir/Whorf até hoje praticamente desconhecida.

O artigo de Weisgerber que inicia a segunda secção desta antologia data de 1925 e corresponde à sua lição inaugural na Universidade de Bona. Weisgerber era linguista com ambições filosóficas, dominou a Linguística na Alemanha durante meio século, mas caiu em esquecimento após os anos 70 do século XX.⁸ Antes de 1933, Weisgerber manteve correspondência e contactos pessoais com Cassirer e Hönigswald, com os linguistas do Círculo de Praga, com Bühler, entre outros; sinal deste diálogo interdisciplinar (filosófico-psicológico-linguístico) é a participação de Cassirer e Weisgerber no Congresso “Hamburger Sprachtag” organizado por Bühler em 1931. Desde o início da sua carreira académica, Weisgerber era um árduo defensor da definição (2) de Humboldt. Embora tenha estudado minuciosamente a obra de Humboldt, não dava importância alguma às teses humboldtianas (3) e (4). No artigo aqui em questão, Weisgerber quer mostrar, em primeiro lugar, a validade de uma tese fundamental que tanto Humboldt como Cassirer, os dois autores que desempenham um lugar de destaque nas referências de Weisgerber, tinham defendido com veemência, que “[o] indivíduo forma a sua conceção intelectual do mundo não devido a uma assimilação autónoma das próprias vivências, mas antes sob o domínio das vivências (...) sedimentadas nos conceitos da língua.” De uma forma muito mais sistemática do que Humboldt, mas sem dúvida fortemente inspirado por este, Cassirer tinha apresentado no primeiro volume de *Filosofia das Formas Simbólicas* sobre *A Linguagem* uma análise alargada do papel da linguagem na configuração da percepção e configuração intelectual da realidade. Conceitos como ‘espaço’, ‘tempo’ e ‘Eu’, segundo Cassirer, apenas se vieram a formar lentamente ao longo do desenvolvimento humano graças ao processo de abstracção linguística que passa pela formação e modificação de palavras e estruturas sintáticas. No entanto, o facto de que cada língua diseca, através da sua rede conceptual, a realidade de uma forma diferente, não constituiu para Cassirer nenhum problema e nenhuma base interessante para uma teoria do conhecimento. Ora, a primeira parte da argumentação weisgerberiana parece estar em perfeita sintonia com Cassirer: a discussão extensa das investigações de Gelb e Goldstein⁹ sobre a amnésia dos nomes de cor tem como objetivo demonstrar que o princípio de ordenação de dados sensoriais é, excetuando casos de deficiência mental, dependente da formação linguística de conceitos, uma tese que Cassirer sem dúvida

⁸ Sobre a pessoa Weisgerber e o seu enquadramento na área da linguística cf. Sylla, Bernhard (2009a). *Die Sprachwissenschaft Leo Weisgerbers unter sprachwissenschaftlich-historischer Perspektive*. Würzburg: Würzburger elektronische sprachwissenschaftliche Arbeiten, Band 5; sobre as suas ambições filosóficas no espectro de outras teorias filosóficas sobre a linguagem cf. Sylla, Bernhard (2009b). *Hermeneutik der langue: Weisgerber, Heidegger und die Sprachphilosophie nach Humboldt*. Würzburg: Königshausen & Neumann.

⁹ Também Cassirer conheceu bem as investigações de Goldstein, não só por este ter sido cunhado de Cassirer. Pois no terceiro volume de *Filosofia das Formas Simbólicas*, publicado em 1929, Cassirer discute precisamente as investigações sobre os casos de amnésia dos nomes de cor debatidos neste artigo de Weisgerber.

teria acolhido afirmativamente. Contudo, e ao contrário de Cassirer, Weisgerber queria mostrar que a determinação do agir e pensar depende essencialmente da estrutura particular de cada língua, i.e. da sua ‘forma interna’, conceito criado por Humboldt e objeto de extensos debates e interpretações heterogêneas ao longo de várias décadas. Weisgerber entende sob ‘forma interna’ de uma língua não só a rede (o conjunto dos ‘valores’ no sentido saussuriano) específica a nível da semântica lexical e morfologia, mas também a rede das ‘formas’ sintáticas. É, assim argumenta Weisgerber, esta forma interna de cada língua que determina o pensar e agir dos indivíduos sem que estes se apercebam disto. Weisgerber usava mais tarde o termo *apriori da língua materna* para designar a condição necessária para o pensamento humano inerente às línguas maternas. Esta condição é vinculada, nos escritos de Weisgerber, à noção de poder, embora de uma forma diferente do que feito por Humboldt. Já neste artigo, Weisgerber usa em duas passagens um vocabulário alusivo a este poder, ao alegar, por um lado, que “as categorias herdadas e recriadas pelo espírito se tornam dono do seu criador”, e por outro lado que, “o indivíduo [é] sempre – e é este o facto essencial – determinado pela influência da comunidade linguística e pela circunstância *coerciva*¹⁰ de ter ao seu dispor apenas os símbolos que a língua lhe fornece”. Numa atitude que hoje nos parece estranha, Weisgerber nutria uma admiração e veneração quase que incondicional perante a língua materna como “realidade funcional e supra-individual” e acabou por colocar o indivíduo num patamar muito inferior ao patamar da entidade ‘língua-mãe’, facto que o tornou vulnerável à ideologia nazi.¹¹ Contrasta com essa subjugação deliberada ao poder da língua-mãe a afirmação, feita no fim do artigo e defendida por Weisgerber com uma certa regularidade ao longo da sua vida, de que a linguística comparativa é a única via para entender o jugo da língua materna e para relativizar e entender reflexivamente o seu impacto.

Tal como Weisgerber, Benjamin Lee Whorf não foi filósofo mas antes um etnolinguista que entrou relativamente tarde no mundo académico. Foi discípulo de Edward Sapir, por seu lado um dos linguistas mais renomados dos Estados Unidos. Whorf tornou-se conhecido através do seu estudo de campo da língua hopi, que o levou a defender a tese de que essa língua não conhece o fenómeno do tempo enquanto dimensão homogênea e quantificável. A referência a Whorf em textos filosóficos não é rara, pela simples razão de ser considerado o protagonista mais puro de um relativismo linguístico. A formulação frequentemente citada como ‘hipótese de Sapir/Whorf’ (“A mesma evidência física registada por observadores diferentes só e somente conduzirá à mesma imagem do mundo se os seus panos de fundo linguísticos forem similares ou possam, de uma ou outra maneira, ser calibrados”) é da autoria de Whorf¹² e que consta do presente artigo, intitulado “Science and Linguistics” e

¹⁰ Itálico nosso.

¹¹ Após 1933, Weisgerber continuou a lecionar na Alemanha, primeiro sob forte suspeita de auxiliar os judeus, mas acabou por ceder às exigências nazi, reclamando, no entanto, para si o estatuto de um opositor ao regime nazi. Cf. Sylla (2009a), onde este assunto é discutido pormenorizadamente.

¹² Uma formulação semelhante encontra-se na obra de Sapir apenas em 1929: “Human beings do not live in the objective world alone, nor alone in the world of social activity as ordinarily understood, but are very much at the mercy of the particular language which has become the medium of expression for their society. It is quite an illusion to imagine that one adjusts to reality essentially without the use of language and that language is merely an incidental means of solving specific problems of communication or reflection: The fact of the matter is that the ‘real world’ is to a large extent unconsciously built up on the language habits of the group (...). The worlds in which different societies live are distinct worlds, not merely the same world with different labels attached.” (Sapir, Edward (1929). The Status of Linguistics as a Science. *Language* 5, 209), portanto numa fase avançada da sua

publicado em 1940. Whorf baseia a sua argumentação numa confrontação de dois pontos de vista opostos e das suas respetivas implicações para as ciências em geral e para a ciência da linguagem em particular. Alvo principal da crítica de Whorf é o ponto de vista que se baseia em noções ingénuas e irrefletidamente naturalistas, orientadas num “sistema de uma lógica natural”. Esta ‘lógica natural’ está, regra geral, inerente ao senso comum que toma tanto a realidade observada como as ideias e pensamentos como objetivamente dados, i.e. que não repara no facto de haver um pano de fundo que subjaz à nossa configuração do pensamento e da realidade. Ao comparar e interrelacionar os dois domínios de ‘ciência’ (que se ocupa com a realidade exterior observada) e ‘linguística’ (que se ocupa com a linguagem), Whorf chega a comparar o desconhecimento completo de diversos panos de fundo a nível do senso comum e das ciências (panos de fundo da perceção, da explicação de fenómenos naturais, etc.) com o desconhecimento do pano de fundo linguístico. Embora não dito explicitamente, pode extrair-se do artigo de Whorf a tese de que o pano de fundo linguístico é de maior importância, uma vez que a explicação científica também depende dele. Whorf sustenta que as línguas particulares impõem certas formas de pensar e, conseqüentemente, de agir, assim como tipos de teorização da perceção da realidade. Não só a divisão do mundo concreto em eventos, coisas, qualidades, etc., é guiada pela estrutura particular da língua, mas também a divisão e estipulação de entidades abstratas, como tempo, aceleração, movimento, etc. As várias formulações com as quais Whorf resume este seu ponto de vista estão em plena sintonia com a definição (2) da essência da linguagem de Humboldt: “Dissecamos a natureza segundo padrões enraizados nas nossas línguas maternas.”; “(...) o mundo é apresentado num fluxo caleidoscópico de impressões que devem ser organizadas pela nossa mente – e isto quer dizer, organizadas sobretudo pelo sistema linguístico que inere à nossa mente. O modo como talhamos a natureza, como a enquadrámos segundo conceitos e como lhe damos significados específicos depende, em grande medida, do facto de sermos partes do acordo de organizar o mundo desta forma – um acordo que, enraizado na estrutura da nossa língua, vigora em toda a comunidade de falantes desta nossa língua.” A tese de Whorf de que, em caso extremo, não há a possibilidade de traduzir esquemas de estruturação e certos vocábulos de uma língua para outra – neste âmbito, tornou-se famosa a tese de Whorf, defendida em outros artigos, que os hopi não conhecem o fenómeno do tempo – fez com que Whorf fosse interpretado como protagonista de um relativismo linguístico *forte*. O fim do artigo aqui traduzido aponta, no entanto, para uma conclusão diferente, pois promove uma ideia que se encontra também em outros escritos de Whorf: a estrutura que se nos impõe pelas nossas línguas ocidentais não é nem a única nem superior a outras. Antes pelo contrário, estruturas de outras línguas mostram que existem modelos diferentes de configurar mundos. Estas alternativas *são acessíveis ao nosso conhecimento* e deveriam ser investigadas e tomadas em consideração para alcançar, em última instância, um conhecimento o mais possivelmente desenvolvido da *totalidade das estruturas existentes no universo*. Esta esperança ‘teosófica’ vê numa “multilingual

carreira que aliás coincide aproximadamente com o primeiro contacto que Sapir teve com Whorf. No entanto, parece pouco provável que Sapir tivesse sido influenciado por Whorf, uma vez que as investigações de Whorf orientadas por Sapir começaram apenas mais tarde, em 1931. Uma outra via remete à pessoa de Weisgerber, visto que umas das primeiras sessões de trabalho (que decorreu em fins de 1926) da *Linguistic Society of America*, da qual Sapir foi membro fundador, se dedicou à teoria de Weisgerber sobre a linguagem. Cf. a documentação detalhada deste assunto em Sylla (2009a: 36).

awareness”¹³ a chave de ouro para a obtenção do conhecimento de um “realm of patterned relations”.¹⁴ Torna-se assim evidente que Whorf transcende a definição da linguagem (2) de Humboldt ao combiná-la com a definição (1). Destarte, o seu relativismo linguístico à primeira vista forte é, de facto, um relativismo fraco que acolhe uma ideia muito particular do universalismo linguístico.

O texto aqui traduzido de Ernst Cassirer corresponde a dois capítulos do terceiro volume de *Filosofia das Formas Simbólicas*, editado em 1929. Estes dois capítulos são preciosos, porque dão não só uma ideia mais precisa sobre o universalismo de Cassirer com respeito à linguagem, mas servem também para esclarecer o tipo de afinidade que existe com as definições (1) e (2) da linguagem de Humboldt. O acesso a esta problemática inicia-se, neste texto, pela via epistemológica. Desde Kant, assim afirma Cassirer, os objetos deixaram de ser pensados como ‘substâncias’ no mundo exterior e passaram a ser constituídos pelo trabalho da organização dos dados sensoriais pelas formas de intuição, pela reprodução na imaginação e, última e definitivamente, pela sua organização que decorre do trabalho dos conceitos transcendentais. Assim, o conceito torna-se *condição* do objeto, e o objeto não é pensável a não ser como algo construído e não como algo real que possa corresponder ao conceito. Daí que seja óbvio que a ideia da linguagem como meio de representar algo na realidade exterior não seja aceitável para Cassirer. Uma primeira conclusão desta premissa epistemológica – “O objeto não está nem fora nem dentro, nem no além nem no aquém, visto que o relacionamento com ele não é nenhuma relação ôntico-real, mas antes uma *relação simbólica*” – leva-nos ao conceito fundamental na filosofia de Cassirer: o símbolo. Assim como Cassirer usa o termo, este não coincide com o de conceito, mas é mais lato. Dito de forma abreviada, o símbolo é a cristalização de um feixe de relações, permitindo desta maneira usar um termo singular para evocar tudo aquilo que neste termo/símbolo é sintetizado. Um exemplo de um símbolo é a palavra, mas também pode ser um sinal usado numa linguagem lógica, um número, etc. Já numa das suas primeiras obras, em *Conceito de Substância e Conceito de Função*, de 1910, Cassirer sustenta a tese de que conceitos, de facto, não se referem a substâncias ou ‘coisas’, mas a relações e funções. O símbolo é uma entidade que torna a ideia de um feixe de relações mais facilmente apreensível ao dar-lhe um ‘nome’. Havendo essa base ‘unificadora’, a mesma pode servir como novo patamar a partir do qual se podem formar novos símbolos, i.e. símbolos que exprimem relações entre os próprios símbolos. Ao longo da sua vida, Cassirer defendeu e explorou a tese da existência de determinados ‘reinos’ simbólicos que se distinguem não só pela diversidade das relações simbolizadas, mas também pelos métodos da simbolização. Cassirer chama a estes reinos *formas simbólicas*. Formas simbólicas são, e aqui há muitas reminiscências da filosofia de Kant, o mito e a religião (dizendo respeito à razão prática), a arte (razão estética), o puro conhecimento (razão teórica), mas também o direito, a história, a política, e, *last but not least*, a linguagem, à qual Cassirer dedicou o primeiro volume de *Filosofia das Formas Simbólicas*. Não é fácil determinar claramente o estatuto da linguagem no concerto das formas simbólicas. Por um lado, parece a linguagem o método principal de simbolização em quase todas as ‘formas simbólicas’, por outro lado deve distinguir-se entre linguagem ordinária e linguagem do puro conhecimento, sendo esta

¹³ Whorf, Benjamin Lee (1952). *Collected Papers on Metalinguistics*. Washington D.C.: Department of State Foreign Service Institute, p. 21.

¹⁴ *Idem* (1973). *Language, Thought, and Reality. Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. Edited and with an introduction by John Carroll, foreword by Stuart Chase. 10th printing. Cambridge/Mass.: The MIT Press, p. 247.

última uma forma de simbolização que leva à superação da linguagem ordinária. É precisamente este o tema que Cassirer aborda no texto aqui apresentado. *Grosso modo*, Cassirer distingue três estádios do desenvolvimento do pensamento humano, (i) um pensamento imagético, preso à intuição sensorial, (ii) um pensamento linguístico, que ainda se deve caracterizar como ‘estético’ (no sentido kantiano) porque não perdeu os laços com a intuição, e (iii) o pensamento lógico-científico, que se desvincula do pensamento linguístico e do imagético quando alcançar um nível suficientemente abstrato. No que respeita ao pensamento imagético, já neste patamar se verifica um fator de ordenação, pois o mero objeto de percepção não é dado imediatamente, mas apenas mediadamente, na apresentação e representação da percepção. Interpretar conscientemente os dados sensoriais da percepção significa desde sempre *ordenar* estes dados segundo conceitos abstratos, e só assim os dados sensoriais são legíveis, só assim um objeto como fixo e determinado pode configurar-se. No patamar do pensamento linguístico, no entanto, já se revela uma clara *independência* do signo portador de sentido da realidade intuitivo-perceptiva. Este distingue-se da realidade sensitiva pela sua ‘matéria’ não substancial capaz de exprimir mais facilmente relações e funções. A passagem da vinculação ‘cega’ aos dados sensíveis à esfera da linguagem corresponde à diferença entre linguagens animais e linguagens humanas, diferença essa que é sempre de novo perpassada no desenvolvimento ontogenético dos seres humanos. Características da linguagem humana são, portanto, a *desmaterialização* dos signos e a sua conseqüente *separação* da esfera da sensibilidade. No reino do puro *logos*, ou seja, dos conceitos lógico-científicos, as exigências são diferentes daquelas do reino linguístico: exige-se não só a *univocidade* dos conceitos (e dos seus signos), mas também que a sua *interconexão* seja transparente e claramente determinável, algo que não se pode obter na esfera dos signos e conceitos linguísticos. A formação e configuração da esfera do conhecimento puro e dos conceitos lógico-científicos é como que uma conquista que resulta do desenvolvimento do pensamento humano ao longo da sua história. A entrada nessa esfera do puro *logos* significa que se supera o estádio do pensamento ‘linguístico’, i.e. do pensamento vinculado às línguas particulares. Tanto as diferenças “individuais” como as “nacionais” devem ser superadas para aceder ao universo das relações puramente ideais que constituirão a nova base para a interpretação e construção da ‘realidade humana’. Esta crença na universalidade da linguagem e na aptidão humana de aceder a essa universalidade não quer, no entanto, dizer que Cassirer rejeite resolutamente a definição (2) humboldtiana da linguagem que realça o poder da língua materna ao determinar a visão do mundo dos seus falantes. Antes pelo contrário, Cassirer encara esta definição como sendo uma evidência óbvia (“é óbvio que cada língua particular representa uma “visão do mundo subjetiva” e particular da qual não se quer e nem se pode libertar”); a diversidade e diferença das línguas e das suas respetivas visões do mundo até são “o único ambiente e ar em que a linguagem consegue respirar.” Contudo, é igualmente evidente para Cassirer que o ser humano tem o poder de *superar* essa sua visão do mundo particular. Em termos filogenéticos, essa superação acontece apenas em estados avançados da evolução humana, coincidindo com o crescente desenvolvimento do pensamento lógico, filosófico e científico. O artigo termina com a discussão da função do número como conceito paradigmático que perpassa todos os estádios do desenvolvimento do *logos*. A captação da ideia do número já começa em estádios primitivos da formação de linguagens, mas alcança o estatuto de conceito abstrato apenas nas línguas mais desenvolvidas. Contudo, é apenas no reino do conhecimento puro que o conceito de

número se torna método e princípio de construção de ordens superiores de conhecimentos ‘puros’, totalmente desvinculados da esfera empírica.

O texto aqui traduzido de Habermas corresponde a um capítulo do segundo volume de *Teoria do Agir Comunicativo*, publicado em 1981. Embora seja o conceito de mundo da vida que está no centro da análise habermasiana, e se bem que a análise pareça enquadrar-se sobretudo no âmbito do discurso sociológico e menos claramente no âmbito do discurso da filosofia da linguagem, foram motivos muito fortes que levaram à escolha deste texto. Em primeiro lugar, encontramos aqui uma exposição clara dos três mundos formais que correspondem às três áreas distintas de validade reivindicável por pretensões levantadas em atos de fala: os mundos objetivo, normativo e subjetivo, que ganham contornos sociologicamente aprofundados pela sua vinculação aos saberes culturais, à integração social e à personalidade. Em segundo lugar, o contraste entre o mundo da vida como pano de fundo quase-transcendente e o domínio dos três mundos formais evita a leitura vulgar de Habermas que realça apenas a segunda parte desta oposição. Pois é quase que exclusivamente no domínio dos três mundos formais que se desenvolve a força do agir comunicativo, com a sua confiança na autoridade do melhor argumento. A imprecisão do conceito de mundo da vida, frequentemente apontado pelos intérpretes de Habermas, será porventura mais visível neste texto do que em outros: o mundo da vida é, por um lado, o pano de fundo inconsciente de um qualquer ato de fala e geralmente *não acessível* à argumentação racional. Este mundo da vida como pano de fundo é alimentado pelas interpretações advindas dos três mundos formais, mas parece que Habermas coloca uma ênfase especial no papel da linguagem, na medida em que a tradição e os hábitos incontestados e inacessíveis coincidem com tradições *linguisticamente* petrificadas. É, neste âmbito, altamente significativo que Habermas refira, na nota de rodapé 7, Weisgerber e textos de outros adeptos da teoria weisgerberiana para exemplificar o papel quase-apriorístico da língua materna. Por outro lado, o próprio conceito de mundo da vida remete novamente para os domínios dos três mundos formais, porque o mundo da vida é construído, ao longo dos tempos, pelas interpretações conscientemente exercidas pelo agir comunicativo. Esta vinculação entre mundo da vida e agir comunicativo torna-se mais óbvia pela oposição entre ‘mundo da vida’ e ‘sistema’, ou seja, pela oposição entre reprodução simbólica e reprodução material da realidade. Uma outra oposição, não congruente com a primeira, mas de teor semelhante, coloca frente a frente o agir comunicativo orientado no entendimento mútuo e o agir estratégico orientado por fins. Ambas as oposições iriam, mais tarde, ser alteradas e modificadas, seja pelas alterações da determinação daquilo que se deve entender sob sistema, seja pela determinação mais clara dos agires comunicativo e estratégico, por exemplo em *Pensamento pós-metafísico*. É com base nesta última oposição que o papel do agir comunicativo se tornará mais transparente e revelará o seu potencial para fundamentar a vasta gama de discursos científicos, éticos e estéticos. Pois somente se o ser humano age em conformidade com a racionalidade inerente aos atos de fala – uma racionalidade que cada ser humano entende, pois, caso contrário, não poderia usar a linguagem –, ele age de uma maneira digna que corresponde às suas faculdades humanas. Esta racionalidade pede que o outro seja considerado e reconhecido como sujeito racional e não como objeto e meio para realizar fins, pois é lhe dirigido, em cada ato de fala, um apelo para responder às pretensões levantas. Pelo que foi exposto torna-se óbvio que o texto aqui traduzido serve de um modo exemplar para discutir a concorrência entre as definições da linguagem (2) e (4) de Humboldt. Em grande parte, se bem que não exclusivamente, o pano de fundo às nossas avessas é relacionado com estruturas

da língua na qual comunicamos, sendo estas estruturas não acessíveis à racionalidade reflexiva. Por outro lado, este fundo inconsciente não é apenas alimentado pelo agir comunicativo, mas pode tornar-se objeto de reflexão consciente e *intersubjetiva* em casos em que o pano de fundo *colapsa* ou *fracassa*. Daí podermos com algum direito afirmar que a definição (4) desempenha um papel primordial, pois é a ação intersubjetiva que decide, em última instância, sobre o conteúdo do próprio pano de fundo. Por outro lado, não faltam interpretações que sustentem a primazia da definição (2) em Habermas.¹⁵ Convém ainda chamar a atenção para um aspeto que Habermas considera no texto aqui apresentado apenas muito tangencialmente, quando afirma que uma vasta gama de filósofos, de Heidegger, Gehlen, Carl Schmitt até autores pós-estruturalistas francófonos, nutrem “a convicção de que a perda de sentido, a anomia, a alienação, ou seja, as patologias da sociedade burguesa ou, mais geralmente, pós-tradicional se devam à própria racionalização do mundo da vida.” Esta crítica, assim Habermas, seria “retrógrada” e, no fundo, uma crítica da cultura burguesa. Muitos desses autores são justamente defensores de teorias que se baseiam no enfoque da definição da linguagem (3) de Humboldt, alegando o papel ambíguo da linguagem, ao ser, por um lado, o meio principal da transmissão de normas patogénicas do mundo instrumentalizado, e por outro lado, o único meio capaz de libertar o homem da prisão deste poder. Habermas desenvolveu esta sua crítica sobretudo em *O Discurso Filosófico da Modernidade*, incluindo aí também Adorno no leque dos autores ‘retrógrados’.

O texto aqui traduzido de Sloterdijk corresponde ao quinto capítulo do livro *Zur Welt kommen – Zur Sprache kommen* [*Vir ao Mundo – Vir à Linguagem*], publicado em 1988. Cada capítulo do livro corresponde a uma das cinco conferências dadas em 1988 na Universidade de Frankfurt, no âmbito da cátedra de ‘poética’ da Fundação Johann Wolfgang Goethe da mesma universidade. A posição teórica apresentada e sustentada por Sloterdijk pode ser lida como exemplo representativo da defesa da definição da linguagem (3) de Humboldt, em concorrência com a definição (2). O tema do ciclo de conferências é a ‘poética do expor-se’, ou seja, a ‘poética do começar’. Segundo Sloterdijk, há uma relação íntima entre o vir ao mundo antropológico e o vir ao mundo poético. Nas primeiras quatro conferências, Sloterdijk expõe cinco condições apriorísticas do vir ao mundo, brevemente resumidas no início da quinta conferência. Três destas condições apriorísticas são caracterizadas como “jogadas oblíquas”, ou seja, são posturas ou atitudes relacionadas com situações totalmente novas, com a nossa postura perante o imprevisível, o desconhecido e desafiador. São “jogadas de abertura, de ataque e desestabilizadoras”, realizadas através de “gestos de parto”, de “gestos motivacionais” e “gestos criadores de palcos”. Estes gestos que enfrentam o novo são completados por dois gestos conservadores, ou seja “duas jogadas retas, construtivas, edificantes e estabilizantes”, os “gestos da preocupação com o mais premente” e os “gestos do alívio que adiam o demasiadamente difícil”. Já se anuncia aqui um tema que Sloterdijk abordará mais tarde extensivamente, na sua trilogia *Esferas* (1998-2004)¹⁶ e em *Tens de mudar a tua vida. Sobre antropotécnicas* (2009)¹⁷. Pois a dialética entre os gestos retos e oblíquos corresponde a uma dialética existencial experienciada no vir ao mundo ontogénico:

¹⁵ Cf. Lafont, Cristina (1999). *The Linguistic Turn in Hermeneutic Philosophy*. Translated by José Medina. Cambridge, Mass./London: The MIT Press.

¹⁶ Sloterdijk, Peter (1998). *Sphären I – Blasen*. Frankfurt/M.: Suhrkamp; *Idem* (1999). *Sphären II – Globen*. Frankfurt/M.: Suhrkamp; *Idem* (2004). *Sphären III – Schäume*. Frankfurt/M.: Suhrkamp.

¹⁷ Sloterdijk, Peter (2009). *Du mußt dein Leben ändern. Über Anthropotechnik*. Frankfurt/M.: Suhrkamp.

o confronto com a exterioridade do mundo extrauterino e a tendência contrário de edificar novos “ventres complementares sociais, simbólicos e técnicos” e, sobretudo, de cuidar deles e protegê-los. Sloterdijk faz questão, na quinta conferência que corresponde ao texto aqui apresentado, de haver a necessidade de introduzir mais dois aprioris relacionados com a linguagem, o “apriori da trasladação” e o “apriori da absolvição / promessa”. A semelhança do apriori da trasladação – um apriori que se enquadra na categoria dos aprioris conservadores e estabilizantes – com o apriori da língua materna no sentido da definição da linguagem (2) de Humboldt é mais do que evidente, mas, ao invés das interpretações de Weisgerber ou Whorf, Sloterdijk caracteriza este apriori de forma *exclusivamente* pejorativa. Pertencer a uma comunidade linguística, nascer para dentro dela, significa tornar-se refém e “toxicodependente” dela. E esta dependência total adquire um cariz profundamente político, porque natalidade e nacionalidade linguística e política estão intimamente imbricadas, confundem-se uma com a outra e evocam-se mutuamente. A argumentação sloterdijkiana, cunhada por jogadas retóricas e o prazer de provocação, é certamente questionável. Falar uma língua particular, assim Sloterdijk num argumento particularmente falacioso, significa envolver-se e deixar-se enfeitiçar pela atitude coletiva de medo e ódio, dirigida para todas as outras línguas e nações ‘estranhas’/estrangeiras. Por outro lado, se aceitássemos a premissa, aqui apenas implicitamente postulada por Sloterdijk, de que os seres humanos, por razões antropológicas, são impelidos pelo desejo de marcar esferas de familiaridade dignas de serem defendidas com todos os meios, inclusive a violência individual e coletiva, então haveria uma base racional para a argumentação apresentada. Na abordagem deste primeiro apriori linguístico, Sloterdijk não deixa dúvidas de que rejeita posições como a de Gadamer que pretendem focar o aspeto positivo deste apriori. Um aliado forte, por outro lado, é Roland Barthes, não só por causa de ter declarado a língua como “fascista”.¹⁸ Barthes foi, para além da sua invectiva contra o poder ideológico das línguas enquanto *langues*, um dos mais proeminentes defensores de uma teoria associada à definição (3) de Humboldt. E é justamente isso que Sloterdijk sugere ao postular a existência do segundo apriori linguístico – de caráter libertador e criador –, o apriori da absolvição / promessa¹⁹. Trata-se neste apriori da nossa habilidade de usar a linguagem de uma maneira profundamente libertadora e revolucionária, capaz de nos desvincular das coerções da língua materna. Este poder usurpativo é associado à poesia e filosofia ‘poiética’ de um Sócrates, Diógenes de Sínope, Cioran, Celan e Nietzsche, para além de Barthes. Típico para todas estas visões sobre o poder libertador da linguagem poética é a sua paradoxalidade: (i) a libertação do poder coercivo acontece dentro do próprio domínio deste poder (“o rasto para o exterior perpassa a própria língua”); (ii) a libertação do poder nunca deve e pode tomar uma forma positivada, sob pena de cair novamente num dogmatismo; (iii) se a libertação ceder à tentação de se tornar dogma, tornar-se-á pior do que um qualquer dogma antecedente; (iv) a alegada ‘positividade’ (apriori da trasladação; aprioris estabilizantes, conservadores) é, no fundo, negativa; e a ‘negatividade’ (aprioris oblíquos, desestabilizantes, criadores) é no fundo positiva, mas não pode querer ser positiva. Sloterdijk termina esta sua conferência ao estabelecer uma associação entre a respiração e a poesia libertadora: a literatura que exerce esta libertação é tão efémera como a inspiração e a expiração, ela não petrifica, nem pode fazê-lo. É individual e não dogmática, embora sirva como inspiração. Os ataques subversivos contra

¹⁸ Barthes, Roland (1978). *Leçon*. Paris: Éditions du Seuil, p. 14.

¹⁹ O nexa estabelecido pelo material linguístico, entre os termos absolvição (*Freispruch*) e promessa (*Versprechen*) e o verbo falar (*sprechen*) não se deixa conservar diretamente na tradução portuguesa.

Habermas, ao longo deste texto, antecipam a discussão profundamente polémica despoletada em 1999, a propósito da conferência de Sloterdijk em Elmau sobre *Regras para o Parque Humano*.²⁰ Embora a demarcação da posição de Habermas tenha decerto motivações distintas e, em parte, pessoais, é elucidativo e teoricamente significativo que Sloterdijk rejeite teorias sobre a linguagem baseadas na definição (4) de Humboldt.

Os três textos da terceira secção desta antologia podem ser lidos como questionamentos complementares acerca do contraste entre os dois macro-paradigmas da filosofia da linguagem. Por outro lado, têm certamente importância fora do âmbito da questão aqui colocada. Os textos de Carnap e Davidson são ‘clássicos’ da filosofia da linguagem, enquanto os excertos aqui apresentados de Mauthner constituirão uma novidade para o leitor lusófono, pois até agora não houve, tanto quanto eu saiba, nenhuma tradução de Mauthner em língua portuguesa.

O texto de Carnap foi publicado em 1931, no 2º volume da revista *Erkenntnis*, a qual tinha sido fundada por Hans Reichenbach e o próprio autor, em 1930. Carnap, um dos mais proeminentes membros do Círculo de Viena, pertence aos autores clássicos da filosofia analítica da linguagem. No âmbito da perspectiva desenvolvida nas duas secções anteriores, é óbvio que a linguagem, segundo Carnap, não tem a função de constituir mundos; antes deve desempenhar a função de expressar com máxima clareza aquilo que é verdadeiro ou falso. Para além disso, deve-se evitar, pelo menos quando se pretende falar teoricamente sobre a realidade, usar expressões ou frases que carecem de sentido. O texto que ainda se insere na primeira fase do pensamento de Carnap, i.e. num positivismo lógico amadurecido, deixa transparecer, a partir da crítica radical à metafísica, o esquema do *credo* cientificista do nosso autor. Tal como o título ‘positivismo lógico’ indica sinteticamente, demonstrar (i) a dedutibilidade das proposições complexas das proposições elementares auxiliando-se de uma teoria complexa de uma sintaxe lógica, e (ii) determinando as condições de veracidade (iii) em estrita associação com o método epistemológico da verificabilidade empírica das proposições de registo, corresponde à via régia da filosofia tornada doutrina de ciência. Lógica, epistemologia e ciência empírica são as disciplinas que, em conjunto, decidem sobre aquilo que se pode dizer com sentido sobre a realidade. Embora a filosofia de Carnap se distinga da perspectiva ‘transcendentalista’ do primeiro Wittgenstein – por exemplo ao conferir à verificação empírica um papel importante –, a sua filosofia certamente não deve ser classificada como ‘realista’. No texto aqui apresentado evidencia-se isto numa curta passagem onde Carnap se distancia de um qualquer realismo, idealismo, ‘fenomenalismo’ ou positivismo (nas versões que antecederam a de Carnap). Ou seja, o positivismo carnapiano não deve ser confundido, mesmo na sua versão inicial, com um empirismo ingenuamente realista, se bem que Carnap coloque a questão da fundamentação pragmática de uma qualquer teoria de forma expressa apenas mais tarde. Por outro lado, é óbvio que a noção de realidade lógica, metodológica e empiricamente refletida constitui a dimensão de contraste através e pela qual a linguagem deve provar a sua ‘sensatez’. A linguagem que pretende ser racional deve guiar-se pelos critérios da dedutibilidade lógica e da verificabilidade empírica, e esta exigência não se coaduna com a tese segundo a qual a linguagem é a instância que ‘cria’ ou determina as suas extensões. É pelas distinções entre palavras com sentido e sem sentido, por um lado, e proposições com sentido (que podem ser verdadeiras ou falsas) e proposições sem

²⁰ Sloterdijk, Peter (1999). *Regeln für den Menschenpark. Ein Antwortschreiben zu Heideggers Brief über den Humanismus*. Frankfurt/M.: Suhrkamp.

sentido (i.e. pseudo-proposições [*Scheinsätze*]), por outro lado, que se pode determinar a racionalidade, ‘sensatez’ e cientificidade da linguagem. A distinção entre verdadeiro, falso e sem sentido, abordada já anteriormente por outros filósofos como Frege, Husserl e Wittgenstein, encontra em Carnap uma fundamentação lógica e metodológica consistente que inclui (i) a verificabilidade das proposições elementares e dos seus significados e (ii) a definição da combinabilidade das componentes simples segundo as regras de uma sintaxe lógica, proibindo esta não só a construção de frases gramaticalmente incompletas como também a mistura de esferas lógicas diferentes. A aplicação deste instrumental lógico e epistemológico mostra também a sua radicalidade. Aplicada à metafísica, a análise de Carnap demonstra que todas as proposições da metafísica são pseudo-proposições. Alvo principal de Carnap é o texto heideggeriano “O que é a metafísica?”, lição inaugural de Heidegger aquando do seu regresso a Friburgo em 1929, altura em que Carnap ainda pretendeu convencer Heidegger da pertinência da sua posição teórica.²¹ Sabe-se que esta tentativa não foi bem sucedida, e talvez tenha sido este fracasso um dos motivos para escolher Heidegger como expoente máximo dos autores metafísicos. Mas Carnap vai ainda mais longe. Visto que a filosofia se deve basear, segundo o nosso autor, exclusivamente nos fundamentos lógicos, epistemológicos e empíricos por ele expostos, não há nela espaço nem fundamento para a metafísica, a ética e a estética, um veredicto que se tornou célebre e suscitou, ao longo do século XX, críticas por parte dos mais diversos autores filosóficos. Facto é, no entanto, que o mundo constituído por palavras e frases que se enquadram no domínio destas disciplinas é um mundo científica e filosoficamente não justificável, um mundo que, segundo Carnap, apenas serve como expressão do sentimento vivencial.

Fritz Mauthner (1849-1923) era escritor, crítico de literatura, dramaturgo, jornalista e, enfim, também filósofo, em suma, um ‘espírito livre’ que dedicou uma parte importante da sua obra à filosofia, e sobretudo à filosofia da linguagem. Mauthner recebeu a honra de ser um dos pouquíssimos autores mencionados explicitamente no *Tratado lógico-filosófico* de Wittgenstein, numa nota entre parênteses onde o autor avisa que a sua crítica da linguagem não deve ser entendida no sentido de Mauthner. As *Contribuições para uma Crítica da Linguagem*, uma obra volumosa (cerca de 1800 páginas) em 3 volumes, editada em primeira edição em 1901 – seguindo-se mais duas edições, a terceira em 1923, ano em que Mauthner faleceu – é uma obra que muitos filósofos e linguistas de então conheceram bem. Para além de Wittgenstein, que certamente foi influenciado pelo texto de Mauthner, menciono aqui apenas dois autores desta antologia que analisaram com mais cuidado a obra de Mauthner: Cassirer e Weisgerber. Mauthner defende uma teoria muito semelhante à do empírio-criticista Eugen Mach com quem teve um contacto pessoal e que influenciou bastante a vanguarda literária austríaca no início do século XX, i.e. autores como Musil, Hofmannsthal ou Karl Kraus. O texto aqui apresentado corresponde a uns breves excertos da terceira edição das *Contribuições para uma Crítica da Linguagem*, capazes de dar uma primeira noção da posição mauthneriana sobre a linguagem. Do ponto de vista das questões levantadas nesta antologia, a posição de Mauthner difere de todas as outras aqui apresentadas por não se enquadrar

²¹ Cf. Friedman, Michael (2004). *Carnap, Cassirer, Heidegger. Geteilte Wege*. Aus dem Engl. von der Arbeitsgruppe <Analytische Philosophie> am Institut für Philosophie der Universität Wien. Frankfurt/M.: Fischer, pp. 22s.; as pesquisas de Friedman, tendo em consideração apontamentos de Carnap nos seus diários, provam que Carnap se encontrou, aquando do célebre seminário de Davos em 1929, tanto com Heidegger como com Cassirer, em ambiente privado.

‘sem resto’ nem no primeiro nem no segundo macro-paradigma. A leitura do texto escrito num tom aforístico exige ao leitor uma permanente revisão das suas interpretações e condu-lo, em última instância, a uma situação paradoxal que se deve à união ‘impossível’ entre um nominalismo e um realismo extremos. Seguindo a ordem dos excertos, este itinerário começa com a desconstrução nominalista do conceito de linguagem. Não há nada na realidade que corresponda aos conceitos de ‘a linguagem’, língua materna, linguagem individual ou competência linguística. Contudo, ao desconstruir todas as abstrações falsas, Mauthner ainda se compromete com uma visão psicofisiológica da linguagem: ela é, no fundo, nada mais que os sons emitidos pelos falantes e os seus respetivos movimentos teleonómicos. Terminar a desconstrução nominalista nestas bases psicofisiológicas é um pressuposto comum dos empírio-criticistas. No caso de Mauthner, outras afirmações ao longo do seu texto afirmam, por um lado, a sua crença numa realidade nua e crua (a cor azul, a eletricidade, etc.) independente das nossas sensações; por outro lado, verifica-se a substituição das instâncias demasiadamente abstratas do pensamento e da razão pela faculdade psíquica, aparentemente menos comprometedora, da memória, capaz de agrupar sensações, de formar complexos sensoriais e de reconhecer feixes de sensações vivenciadas no passado. Mas há, para além da memória, uma outra capacidade humana, a de usar a linguagem para fins comunicativos. Esta tese de Mauthner parece muito próxima da do segundo Wittgenstein: a linguagem é só e exclusivamente o seu uso, que tem a finalidade de comunicar com os outros e de se fazer entender sobre o mundo em que se vive. É o uso que nos faz crer na existência das entidades designadas por meio de palavras. Assim como no segundo Wittgenstein, este uso decorre segundo *regras de jogo* que se estabelecem no e pelo próprio uso. E tal como em Wittgenstein, não pode haver uma linguagem privada. Mas é precisamente esta doutrina da linguagem como “realidade social” que leva Mauthner a defender a tese fundamental humboldtiana de que a linguagem constrói o mundo: a linguagem, assim Mauthner, não é “nada mais do que a coletividade ou comunidade da concepção do mundo”. O que, no entanto, distingue Mauthner de praticamente todos os autores que defenderam esta tese é a sua convicção de que esta realidade é apenas uma ficção, constituída por meio de hábitos de falar e interpretar. Toda e qualquer linguagem distorce a verdadeira realidade, e não há meios para reparar esta falha. O erro principal está, no fundo, no facto de qualquer linguagem / língua ter de proceder a categorizações cujo grau de abstração se afasta necessariamente da verdadeira realidade concebida como concretude inconcebível. No âmbito destas análises, Mauthner não apenas argumenta que uma qualquer lógica e ciência depende de categorizações que advêm de hábitos linguísticos incrustados na nossa mente, mas defende também a tese da incompatibilidade ou disparidade total de esquemas de categorização, antecipando ideias que reaparecerão mais tarde na doutrina da indeterminação da tradução de Quine. A radicalidade extrema termina num impasse irresolúvel, pois a suposta realidade é empiricamente inacessível e a própria crítica da linguagem não pode escapar à calamidade de ser, ela própria, mera ficção. Ciente disso, Mauthner sugere três reações possíveis: o misticismo culto, ou seja, uma espécie de ignorância douta que prefere não falar daquilo de que não se pode falar; o riso que ironicamente aceita a situação paradoxal; e a “resignação ou renúncia celestialmente calma e serena” que se abstém do desejo de explicar o inexplicável. Torna-se, mais uma vez, evidente a afinidade com o pensamento tanto do primeiro como do segundo Wittgenstein. Onde, no entanto, começa e onde acaba esta afinidade, é uma questão que precisava de uma análise que, obviamente, não cabe nos moldes desta introdução.

O último texto desta antologia, da autoria de Donald Davidson, foi publicado primeiramente em 1974 e reeditado em 1984 na coletânea de textos davidsonianos *Inquiries into Truth and Interpretation*. Tal como Mauthner, embora num contexto histórico bastante diferente e com argumentações e respostas diferentes, Davidson não se deixa enquadrar bem nos dois macro-paradigmas acima circunscritos, porque duvida da possibilidade de fundamentar teorias racionalmente aceitáveis nos pressupostos fundamentais destes macro-paradigmas. Objeto de análise e crítica é a “ideia” de *esquema conceptual*, comumente relacionada com o macro-paradigma continental da filosofia da linguagem. Mas a crítica de Davidson coloca em questão também certos pressupostos do macro-paradigma analítico. Fiel à marca característica do seu discurso filosófico, Davidson pretende evitar um qualquer dogmatismo, ou seja, pretende desmascarar premissas pretensamente antidogmáticas que, no entanto, não conseguem cumprir com o seu objetivo. Falar de um esquema conceptual, assim Davidson, conduz inevitavelmente para uma situação paradoxal: se supomos a existência de esquemas conceptuais incomensuráveis, colocamo-nos já de antemão numa posição superior pretensamente capaz de dizer algo sobre esta incomensurabilidade, ou seja, supomos a existência de uma base comum, um fundamento neutro ou um sistema coordenado comum a partir do qual esta incomensurabilidade pode ser constatada e talvez analisada e avaliada. Uma preocupação prévia consiste em descartar várias hipóteses que, segundo Davidson, ou não trazem nada de novo para discutir o assunto (e.g. a hipótese de que linguagens distorcem sempre a realidade, o que, aliás, seria uma hipótese à maneira de Mauthner) ou duplicam desnecessariamente a problemática em questão (e.g. que se deve distinguir entre esquemas na linguagem e esquemas na mente das pessoas que seriam diferentes dos da linguagem). Optar por identificar esquemas conceptuais com esquemas de línguas (ou de um grupo de línguas intertraduzíveis) tem a vantagem de fornecer uma base menos complicada e, como o curso da argumentação irá mostrar, perfeitamente adequada para debater as verdadeiras problemáticas. Estas residem segundo Davidson na pressuposição da existência de esquemas conceptuais *radicalmente diferentes* e *tout court* incomensuráveis, ou seja, no fracasso total de uma qualquer tentativa de tradução. As diversas teorias e teses que Davidson passa em revista – de Feyerabend e Quine a Strawson, Whorf e Kuhn, entre outros – têm uma característica em comum: pressupõem sempre, de uma ou outra maneira, a possibilidade de analisar e avaliar os esquemas incomensuráveis, ou partem de facto da existência desta possibilidade. A novidade da argumentação de Davidson reside em que ela permite detetar fraquezas e falhas argumentativas tanto em teorias que se enquadram geralmente no macro-paradigma continental como em teorias do macro-paradigma analítico. Ao dividir as ideias (segundo Davidson: “as imagens e metáforas”) sobre o esquema conceptual em dois grandes grupos, “esquemas conceptuais (línguas) que ou *organizam* algo ou *correspondem* a algo”, Davidson é capaz de exercer a sua crítica a partir de uma plataforma nova. Partindo da perspetiva quineana da superação dos dois dogmas do empirismo, Davidson reclama a existência de um terceiro dogma, o do esquema e do conteúdo empírico, que subjaz a todas as teorias criticadas e que está na origem das suas falhas argumentativas. Este dogma assenta na *relação* das duas instâncias *esquema* e *experiência / natureza / realidade empírica*, desempenhando uma destas instâncias a função de servir como pano de fundo para analisar a suposta traduzibilidade ou intraduzibilidade de esquemas diferentes. Ou seja, também as assunções sobre a suposta realidade empírica podem servir como suposto fundamento neutro para alcançar uma visão coordenadora entre esquemas diferentes ou entre esquema e realidade. Mas é

precisamente aí onde devemos ter a maior cautela para não cair numa posição dogmática irrefletida: “Nem um repertório fixo de significados, nem uma realidade neutra face a teorias pode providenciar então uma base para a comparação de esquemas conceptuais. Seria um erro continuar a procurar uma tal base se por isso entendermos algo concebido como base comum a esquemas incomensuráveis.” A solução que Davidson sugere pauta-se por um pragmatismo ‘esclarecido’ que aprendeu as lições dos fracassos teóricos anteriores que não queriam abandonar o *telos* de encontrar bases suficientemente seguras e fortes para construir teorias supostamente ‘definitivas’ sobre a realidade. Baseado na aceitação da Convenção T de Tarski, i.e. na aceitação de uma concepção puramente formal de ‘verdade’, Davidson reclama que o seu princípio de caridade (*principle of charity*) não apenas se usa *de facto* em toda a interpretação, mas que é também a condição indispensável para a mesma. “Não podemos sequer dar um primeiro passo para a interpretação sem ter conhecimento ou fazer presunções sobre uma parte considerável das crenças do falante”, i.e., sem aceitar a maior parte das frases enunciadas de outrem como verdadeiras. Davidson rejeita os dois radicalismos, aquele que supõe a existência de esquemas totalmente incomensuráveis e aquele que supõe uma ontologia comum, advogando ao invés que se deva pressupor a existência de crenças comuns e frases tidas como verdadeiras em comum sem negar a possibilidade de haver diferenças, cuja causa pode, no entanto, ter razões várias, desde diferenças na opinião até diferenças ‘estruturais’ dificilmente superáveis. A teoria de Davidson é assim inspirada pela modéstia pragmática de aceitar a problematicidade e vaguidade da nossa prática interpretativa sem cair num desespero inútil ou numa arrogância teórica injustificável. Interpretar esta posição teórica como ousadia radical, como aliado de um pragmatismo relativista forte, como o fez Rorty, demonstra o estado inacabado desta discussão, convidando assim para novos empreendimentos teóricos nesta área da filosofia da linguagem, a cuja análise esta antologia se dedica.

*

No que diz respeito às traduções dos doze textos reunidos nesta antologia, seguiu-se o princípio de reduzir as notas de rodapé com sentido explicativo ou facilitador ao mínimo, preservando assim o caráter autêntico dos textos traduzidos. Consequentemente, não se traduziram os títulos das obras indicadas em nota de rodapé nos textos originais para o português, salvo em casos em que citações de outras obras, já traduzidas para o português, foram utilizadas pelo/a tradutor/a quer para adotar, quer para comparar ou tomar em consideração as traduções destas citações. Para além disso, não se uniformizou ou se completou o modo de referência bibliográfica, salvo alguns casos em que a referência no texto original é tão abreviada que dificultaria ao leitor o acesso à fonte bibliográfica. No que diz respeito à forma tipográfica do realce de palavras, tomou-se, por vezes, a liberdade de alterá-la, usando destaque por itálico em vez do destaque por espaçamento expandido dos caracteres.

Por fim, algumas poucas palavras de agradecimento. Esta antologia é fruto de um trabalho intenso de um grupo de docentes, doutorandos/as e estudantes de excelência da licenciatura em Filosofia da Universidade do Minho, que dedicaram o seu tempo, interesse e peritagem a este projeto, sem receber nenhuma remuneração. O trabalho de revisão, em muitos casos feito em grupo e suscitando intensos debates, não teria sido possível sem o espírito profundamente filosófico de se querer dedicar “à coisa”.

Estou grato a todos os membros deste projeto pela sua dedicação, iniciativa e disponibilidade.

Last but not least, quero exprimir o meu profundo agradecimento ao Centro de Estudo Humanísticos da Universidade do Minho, e em especial ao seu atual diretor Orlando Alfred Arnold Grossegeesse, pelo generoso financiamento integral da publicação do presente texto.